

# **A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO NA ATUALIDADE E O CASO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.**

Daniela Cristina R. Raymundo - Uni-FACEF  
Marília Silva Rocha - Uni-FACEF  
Marina Salomão Milani - Uni-FACEF  
Wagner Mendes de Figueiredo - Uni-FACEF  
Profa. Ms. Adriana Aparecida Silvestre Gera - Uni-FACEF

## **INTRODUÇÃO**

Ao criticarmos a atual situação da educação brasileira, nos habituamos a enfocar determinados pontos, tratando-os como fatores determinantes do caos educacional. Estes pontos, que conhecemos tão bem são: total descaso dos governantes com a educação, escassez de verbas para o ensino público, salário defasado dos professores, estrutura curricular inadequada, entre outros. Geralmente, não nos atentamos a uma questão grave que contribui muito para a precariedade do ensino, que é a qualidade dos cursos superiores de formação de educadores no Brasil.

Como os futuros professores estão sendo preparados? Qual tipo de ensino está sendo oferecido a eles? Foi baseando-se nessas questões que o presente artigo foi desenvolvido.

### **1. A formação dos profissionais da educação**

De acordo com Pimenta (2005) além de fornecer a habilitação legal para o exercício da docência, espera-se que o curso realmente *forme* o professor.

(...) espera-se da licenciatura que desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente irem construindo seus saberes-fazeres docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano. (PIMENTA, 2005, p.17-18).

Diante do exposto, passamos a refletir: até que ponto os cursos de licenciatura promovem a adequada formação de docentes? Os cursos de licenciatura, muitas vezes, deixam a desejar no que se refere à preparação pedagógica de seus alunos, não os capacita para a docência em seu sentido pleno, formando apenas professores à “moda antiga” – agentes transmissores de

informação, profissionais mecanicistas. Outro fato, é que o contato com a experiência docente durante a graduação, em muitos casos, é feito de forma inadequada e por um tempo insuficiente.

É fundamental investir e avaliar permanentemente os cursos de licenciatura, pois o que se percebe é que muito tempo é perdido com doutrinas ultrapassadas, preparando inadequadamente estes alunos para ensinar; sendo importante também rever os conteúdos destes cursos.

Outro tema relevante trata-se da formação contínua dos professores, que deve ser incentivada já no ensino superior, em que os mesmos têm sua formação inicial, porém esta formação não deve terminar ao fim da graduação; ela precisa ser constante, periódica, obtendo lugar durante toda a carreira profissional do docente, objetivando o desenvolvimento e a melhoria da profissão docente.

Devemos considerar também as várias dificuldades enfrentadas por estes profissionais que ocorrem praticamente logo após sua formatura, muitas delas perdurando até a aposentadoria destes professores.

Além da questão salarial, pois já é de nosso conhecimento que o salário dos professores brasileiros é um dos piores do mundo, Rivero (2004) descreve outros obstáculos gravíssimos que assolam o profissional da educação atual tais como:

- Indisciplina e violência dentro da sala de aula, crianças com problemas familiares, comportamentais graves;
- Imposição de métodos pedagógicos ultrapassados;
- Preconceitos sexuais, étnicos e sociais;
- Desvalorização da profissão docente, em contradição às menções feitas no artigo 67º, constantes do Título VI da LDB/96;
- Desmotivação, depressão: o docente, muitas vezes, tem crise de identidade, sentindo-se incompetente para realizar o seu trabalho em função da imagem ruim que a sociedade tem do que é ser professor;
- Condições de trabalho precárias: escolas sem infra-estrutura;
- Falta de incentivo para especialização dos docentes no que se refere à educação de crianças portadoras de necessidades especiais, pois o docente geralmente não tem preparo para trabalhar com estas crianças.

Aos professores sempre é atribuída à culpa quando algo dá errado. Se os alunos são malcriados e fazem muito barulho é o professor que não tem autoridade nem rigidez, se os alunos não aprendem o problema é a incompetência do professor.

Enfim, estes são apenas alguns obstáculos enfrentados por estes profissionais. Sendo assim, cabe a toda a sociedade, governantes em geral, lançar um novo olhar a estas questões, não podemos culpar, pelo caos da educação brasileira, apenas a falta de recursos financeiros, mas devemos também nos atentar a uma modificação estrutural, que começa nos cursos que formam professores se estendendo a todos os problemas enfrentados por tais profissionais.

## 2. A educação inclusiva

Conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº. 9.394/96) são crianças portadoras de necessidades educacionais aquelas que, por alguma espécie de limitação requerem certas modificações ou adaptações no programa educacional, a fim de que possam atingir seu potencial máximo. Essas limitações podem decorrer de problemas visuais, auditivos, mentais ou motores, bem como de condições ambientais desfavoráveis.

A tipologia dos portadores de necessidades especiais inclui:

- **De ordem física:** hemiplégicos, paraplégicos, tetraplégicos, mutilados;
- **De ordem sensorial:** deficientes visuais, deficientes auditivos;
- **De ordem mental:** situações mais freqüentes: portadores de Síndrome de Down, autismo, paralisia cerebral;
- **Outros:** o superdotado, o portador de TDAH (portador do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade) e o portador de TDA (portador de transtorno de déficit de atenção).
- **Distúrbios de aprendizagem:** dislexia, disgrafia, disortografia, discalculia, gagueira, baixo nível de cognição.

A integração ou inclusão de alunos portadores de necessidades especiais no sistema regular de ensino tem sido, sem dúvida, a questão referente à Educação Especial mais discutida no nosso país nas últimas décadas. Este tema, que por tanto tempo ficou restrito a debates no Congresso e a textos da literatura especializada, hoje se torna proposta de intervenção amparada pela legislação em vigor,

determinante das políticas públicas educacionais tanto em nível federal, quanto estadual e municipal.

A educação inclusiva se caracteriza como processo de incluir os portadores de necessidades especiais ou com distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino, em todos os seus graus, pois nem sempre a criança que é portadora de necessidades especiais (deficiente), apresenta distúrbio de aprendizagem, ou vice versa, então todos esses alunos são considerados portadores de necessidades educativas especiais. (OLIVEIRA, 2002, p.1).

Para essas crianças, é necessário que se desenvolva uma prática educacional mais específica no sentido de ampliar as suas capacidades. Para cada necessidade especial é enfatizado um tipo de cuidado no trabalho educativo. Segundo Oliveira (2002), as crianças portadoras de necessidades especiais (como as auditivas e visuais), devem ser educadas de modo especial, considerando-se até que ponto esta interfere na aprendizagem da criança. Por outro lado, quando a necessidade especial é do tipo integrativa ou intelectual, como no caso de portadores de deficiência mental, a aprendizagem da criança ficará defasada. Deste modo, fica determinado por lei que a Educação Especial seja oferecida na rede regular de ensino, ocasionando modificações nos estabelecimentos de ensino e no sistema educacional de uma maneira geral.

É necessária uma postura crítica diante da discussão acerca da educação atual, pois é preciso situar a importância da educação frente aos desafios e incertezas, e pensar em educação inclusiva e sua prática, é um dos maiores desafios de hoje.

O atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais está na *Constituição Brasileira* no art. 208 estabelecendo como diretrizes da Educação Especial apoiar o sistema regular de ensino para a inserção dos portadores de necessidades especiais, e dar prioridade a projetos institucionais que envolvam ações da integração. Para Glat (2002), somente a lei não garante a imediata aplicação da proposta, existem muitas barreiras que atrasam a implementação da política de inclusão nas escolas. Uma das principais é a falta de preparo dos professores para receber em sala de aula tais crianças.

A própria LDB reconhece a importância deste aspecto como pré-requisito para a inclusão ao estabelecer, em seu artigo 59, que:

[Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;]

Apesar da integração dos portadores de necessidades especiais ser um assunto dominante na Educação Especial, essas pessoas, mesmo que inseridas no sistema regular de ensino, continuam, muitas vezes, socialmente isoladas dos seus colegas não portadores de tais necessidades.

O problema é de natureza relacional e somente sob esse prisma pode ser melhor compreendido e, quem sabe, minimizado. Pois a integração dos portadores de necessidades especiais envolve o relacionamento entre essas pessoas e os considerados “normais”.

Com efeito, o contato que passamos a ter com outras formas de pensar e agir, nos coloca frente a mudanças e alterações na constituição da sociedade, implicando em mudanças também na constituição psíquica do homem. A educação inclusiva levará a transformação da representação da criança e do jovem sobre a necessidade especial, pois educando e crescendo junto aos “diferentes”, compreenderá a heterogeneidade, já que o trabalho é sempre voltado para a homogeneidade. Para nada se leva em conta à diversidade humana, esta é o eixo ético do ser humano, é difícil falar de ética com alguém totalmente diferente de você. E esta vivência acredita-se que a escola tem que propiciar ao cidadão, senão não é escola (OLIVEIRAA, 2002, p.1).

A inclusão deve ser conseqüência de uma escola de qualidade, que seja capaz de perceber cada aluno como único e importante. Porém, percebe-se que as crianças portadoras de necessidades especiais que fazem parte hoje da escola inclusiva demonstram a falência do sistema escolar e sua má gestão, verificada pela escassez de formação adequada do professor, infra-estrutura física precária, entre outros.

Outro ponto de dificuldade é a falta de relacionamento da escola com a família, a escola ainda encontra-se muitas vezes fechada à comunidade para discussão da perspectiva inclusiva. Essa entre tantas outras situações inadequadas no sistema brasileiro escolar tem representado apenas a abertura das portas das escolas para educação inclusiva.

Para inclusão de portadores de necessidades especiais na rede regular, o requisito mais importante é a formação do professor, pois este é o fator chave para que o objetivo seja alcançado, haverá necessidade de sua preparação para que se tenha progresso e um bom aproveitamento.

No mundo globalizado e em constante revolução tecnológica os profissionais têm que buscar constantemente uma melhor formação, preparação e aperfeiçoamento de seus conhecimentos e buscar sempre a integração da família, comunidade, área de saúde, psicologia, assistência social, trabalho e justiça. A formação dos educadores do ensino regular exigirá conhecimento das práticas de ensino a serem adotadas em classe tendo em vista as diferentes necessidades e potencialidades dos alunos. Na maioria das escolas o educador não tem preparação necessária para receber aluno com necessidade especial. No Brasil apenas 5% da população é atendida por serviços de ensino especial tendo em vista o despreparo do ensino regular, deixando de garantir os direitos da população portadora de necessidades.

A inclusão não implica que o ensino seja individualizado para aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem, uma vez que o professor não consegue pré-determinar as dificuldades que cada aluno encontrará para realização das atividades e o aluno é quem vai se adaptar ao processo de aprendizagem. As deficiências não podem ser medidas, nem definidas simplesmente pelo método de avaliação, e deve-se levar em conta também às características da pessoa e do ambiente em que ela está inserida. De acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS - há a necessidade de transformação dos ambientes, inclusive o educacional que devem ser adequados a atender as necessidades individuais dos seres humanos. Para se conhecer os motivos do sucesso ou do fracasso escolar é preciso se analisar igualmente o ensino que foi ministrado aos alunos e como esses são avaliados pelo progresso nas diferentes áreas do conhecimento.

A escola deve possuir infra-estrutura que atenda os portadores de necessidades especiais para acessibilidade e bem estar do aluno, o que a maioria das escolas não possuem, necessitando de investimento tanto na parte de recursos materiais quanto de recursos humanos, preparando assim os professores para o processo de inserção inclusiva progressiva e, conseqüentemente, alcançando o bom relacionamento e atendendo as diferenças e as necessidades de cada aluno.

A inclusão desses alunos na rede regular de ensino não significa apenas a sua permanência junto aos demais e nem está sendo negado a estes serviços especializados, mas sim a quebra de paradigmas educacionais possibilitando a eles desde que respeitadas as suas diferenças, o seu desenvolvimento e a sua inclusão na sociedade com a quebra de preconceitos.

Apesar das propostas governamentais muito ainda deve ser feito na formação e preparação dos professores para uma educação inclusiva que traga resultado no trabalho pedagógico.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar das resistências legítimas ou preconceituosas, a educação inclusiva visa resgatar valores sociais condizentes com a igualdade de direitos e oportunidades para todos.

Não basta simplesmente a promulgação de leis que obriguem a matrícula nas escolas de rede pública, nem a criação de cursos de capacitação dos educadores, mas sim de um programa de capacitação e acompanhamento contínuo, orientando o trabalho docente e diminuindo a exclusão escolar, beneficiando de forma geral a educação escolar.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

GLAT, R. e NOGUEIRA, M. L. de L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a Educação Inclusiva no Brasil**. Revista Integração, Brasília: MEC/SEESP, 14 (24), p.22-27, 2002.

NUNES, Cely S. C. **Os sentidos da formação contínua de professores. O mundo do trabalho e a formação de professores no Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2000

PERRENOUD, P. **10 Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RIVERO, Cléia Maria L.; GALLO, Sílvio (orgs.). **A formação de professores na sociedade do conhecimento**. São Paulo: Edusc, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

Oliveira, Flávia Fernandes de. **Dialogando sobre educação, educação física e inclusão escolar**. Revista Digital <http://www.efdeportes.com/>. Buenos Aires - Ano 8 - Nº 51 - Agosto de 2002.